



Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude



Relatório 2014





**COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**

Relatório 2014

Florianópolis, 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Presidente

Desembargador Nelson Schaefer Martins

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Coordenador

Desembargador Sérgio Izidoro Heil

Juízes de Direito membros do Colegiado

Ademir Wolff

Álvaro Luiz Pereira de Andrade

Ana Cristina Borba Alves

Brigitte Remor de Souza May

Caroline Bündchen Felisbino Teixeira

Giancarlo Bremer Nones

Joana Ribeiro Zimmer

Liana Bardini Alves

Márcio Rene Rocha

Miriam Regina Garcia Cavalcanti

Mônica Elias de Lucca Pasold

Naiara Brancher

Nayana Scherer

Ricardo Alexandre Fiuza

Rodrigo Tavares Martins

Samuel Andreis

Secretária

Lilian da Silva Domingues

Equipe técnica

Cristine Pereira Tuon Sposito

Eliedite Mattos Ávila

Equipe de apoio administrativo

Larissa Pereira Rodrigues

Projeto gráfico, impressão e acabamento

Divisão de Artes Gráficas - DIE

Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEIJ) no decorrer de 2014.

Instituída pela Resolução nº 63/2011-TJ, a CEIJ é constituída por um colegiado de 16 juízes, que se reúnem periodicamente. Tem como missão promover a melhoria da prestação jurisdicional, por meio da proposição e implementação de políticas afetas à área da infância e da juventude, bem como pela capacitação de magistrados e servidores quanto ao tema.

Os trabalhos realizados ao longo do ano tiveram como foco de atuação as áreas protetiva e socioeducativa da política de atendimento à infância e juventude. As diretrizes foram traçadas nas reuniões dos membros da CEIJ e objetivaram responder qualitativa e quantitativamente às demandas apresentadas.

Entre as recentes ações, destacaram-se parcerias importantes, como a estabelecida entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), para implantação e desenvolvimento do Programa Novos Caminhos, cujo objetivo é proporcionar aos adolescentes, quando desligados do sistema de acolhimento em razão da maioridade, a perspectiva de uma vida adulta com qualidade, assegurando sua autossuficiência, empoderamento e dignidade.

Outras parcerias relevantes foram estabelecidas com diversos atores do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, alcançando-se resultados exitosos, como a conclusão do “Protocolo de Atendimento ao Adolescente com Prática Infracional”, a implantação do “Projeto de Atendimento Integrado na Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei”, na comarca da Capital, e a realização do “Seminário Regional Sul ABMP e do Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público”, ocasião esta em que houve o lançamento da Frente Nacional Pró-Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente.

Diante dos esforços empreendidos na defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), concedeu ao TJSC o Selo Ouro Infância e Juventude, em decorrência das importantes ações promovidas para a implantação, o fortalecimento, o acompanhamento e a otimização da CEIJ. Cabe registrar que

a primeira edição do Selo CNJ/Unicef premiou ao todo 12 Tribunais de Justiça, em conformidade com os termos da Resolução CNJ nº 94/2009.

Com essas conquistas, a Coordenadoria, cuja criação e implantação representaram a realização de um sonho acalentado havia muito pelos magistrados e servidores que atuam na área da infância e da juventude, encerrou 2014 com a certeza de ter se tornado fonte de orgulho a todos os integrantes do Judiciário catarinense.

Sumário

Programas e projetos.....	9
Programa Novos Caminhos.....	9
Projeto Justiça Restaurativa.....	13
Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - “Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo”.....	15
Projeto de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei.....	16
Projeto de reestruturação do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude.....	17
Ações desenvolvidas com parceiros externos.....	19
Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA).....	19
Implantação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei (NAI).....	21
Lançamento da Frente Nacional Pró-Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente.....	22
Cursos e oficinas de profissionalização.....	23
Elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.....	24
Premiações.....	25
Selo Ouro Infância e Juventude CNJ/UNICEF.....	25
Homenagem ao Projeto Justiça Restaurativa - 3ª Mostra de Boas Práticas no Judiciário Catarinense.....	27
Notícias em destaque.....	28

PROGRAMA NOVOS CAMINHOS

Fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça (TJSC), a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), o Programa Novos Caminhos tem como finalidade desenvolver as potencialidades e contribuir para a construção da autonomia dos adolescentes com idade acima de 14 anos em situação de acolhimento, a fim de proporcionar-lhes a perspectiva de uma vida adulta com qualidade e dignidade.

Ao ingressarem no Programa, os jovens são acompanhados individualmente e encaminhados a programas de escolarização, qualificação, profissionalização e atividades complementares. Os cursos de formação são ofertados pelo Sistema FIESC, por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), respeitando-se as necessidades e o perfil de cada adolescente.

Após concluírem os programas de capacitação, os jovens são encaminhados, ao seu tempo, ao mundo do trabalho. Para que esse processo ocorra de forma adequada e segura, o Programa também prevê a sensibilização e a orientação da comunidade empresarial, convidando-os a fazer parte da ação.



Assistente Social Carme Collet ministra palestra aos empresários da região de Chapecó.

Com esse intento, as ações do Programa Novos Caminhos foram iniciadas no ano de 2013, através de projeto piloto desenvolvido na comarca de Chapecó. No decorrer de 2014, o Programa foi implantado nas regiões que abrangem as comarcas de Blumenau, São Miguel do Oeste, Itajaí, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma e Joinville, passando a atender adolescentes acolhidos em 39 municípios.

Em cada uma das regiões houve solenidade de lançamento e formalização do termo de convênio para execução do Programa, com a participação de autoridades representantes das instituições parceiras (TJSC, FIESC e AMC), autoridades locais e empresariado.





Representantes do TJSC, FIESC e AMC assinaram termos de convênio para implantação do Programa Novos Caminhos em solenidades regionais.

Também foram realizadas reuniões técnicas de âmbito regional entre a equipe de coordenação estadual e as equipes de execução, com vistas a definir as ações e encaminhamentos necessários à implantação e desenvolvimento do Programa, bem como ao acompanhamento individualizado dos adolescentes.



Reunião técnica do Programa Novos Caminhos realizada no Fórum de Joinville.

Durante 2014 foram incluídos 228 adolescentes no Programa. Desse universo, 171 concluíram a capacitação inicial oferecida pelo IEL e encontram-se na fase de encaminhamento aos cursos de educação básica, de educação continuada e profissionalizantes ofertados pelo SESI e pelo SENAI; 9 encontram-se inseridos no mundo do trabalho; e 57 deixaram de participar do Programa.

As formaturas de conclusão do curso inicial, “Programa Profissional do Futuro”, cujos módulos contemplaram temas como postura profissional, comunicação, relacionamento interpessoal, comprometimento organizacional, proatividade no ambiente de trabalho, criatividade, flexibilidade e inovação, liderança, ética e atitude pelo planeta, ocorreram entre setembro e dezembro, em solenidades realizadas nas respectivas regiões.



Formatura na região de Joinville, em 16/09/14.



Formatura na região de Chapecó, em 11/11/14.



Formatura na região de São Miguel do Oeste, em 12/11/14.



Formatura nas regiões de Blumenau e de Itajaí, em 26/11/14.



Formatura na região da Grande Florianópolis, em 10/12/14.



Formatura na região de Criciúma, em 16/12/14.



Formatura na região de Jaraguá do Sul, em 18/12/14.



A adolescente Ana Cláudia da Silva recebe certificado em São Miguel do Oeste.

Em 2014, o Programa Novos Caminhos alcançou resultados expressivos

Inclusão de 228 adolescentes
Certificação de 171 adolescentes pelo
“Programa Profissional do Futuro”
Encaminhamento de 9 adolescentes
ao mundo do trabalho

Em São Miguel do Oeste, os jovens participantes do programa, por iniciativa própria, vestiram a camiseta do “Novos Caminhos” e marcharam pelas avenidas da cidade no desfile cívico de 7 de Setembro.



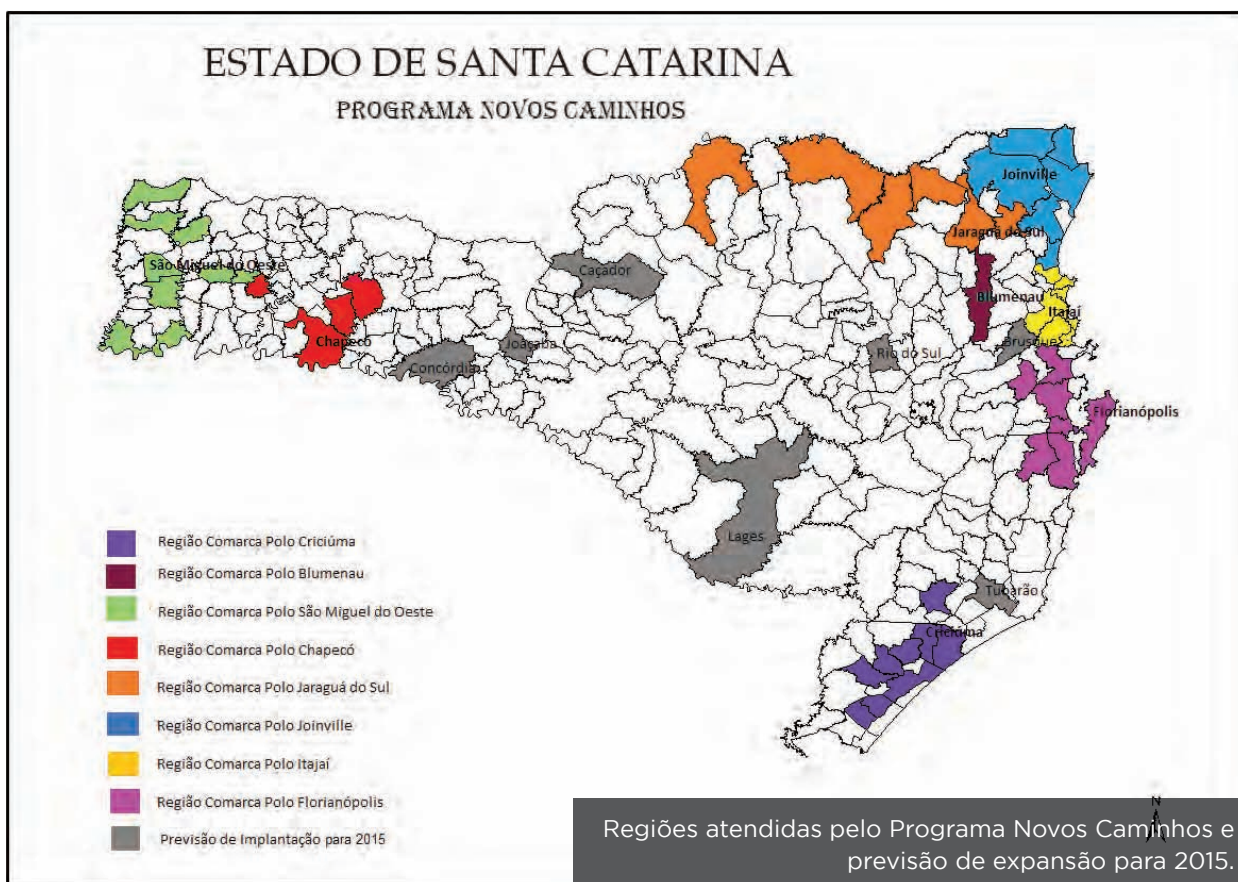
Jovens do Programa Novos Caminhos marcharam em Desfile Cívico de São Miguel do Oeste.

No dia 2 de dezembro, realizou-se o “I Encontro Estadual do Programa Novos Caminhos”, que reuniu técnicos do Poder Judiciário, SESI, SENAI e IEL das regiões já contempladas pelo programa, com o objetivo de debater o alinhamento das ações, bem como realizar a avaliação de 2014 e o planejamento para 2015.



I Encontro Estadual do Programa Novos Caminhos, realizado na sede da FIESC, em Florianópolis.

Prevê-se a expansão do Programa em outras 7 regiões do Estado (Brusque, Caçador, Concórdia, Joaçaba, Lages, Rio do Sul e Tubarão), com a meta de atingir todos os adolescentes acima dos 14 anos em situação de acolhimento no Estado.



PROJETO JUSTIÇA RESTAURATIVA

Com o intuito de aprimorar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) desenvolveu o projeto piloto de Justiça Restaurativa na comarca da Capital.

O Projeto foi implantado a partir de abril de 2012 no âmbito da Vara da Infância e da Juventude, mediante a criação do Centro de Justiça Restaurativa (CJR). Tem como proposta oferecer atendimento fundamentado em práticas autocompositivas aos adolescentes que cometeram infrações de menor potencial ofensivo, assim como às pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito (vítimas, familiares, agentes do Estado, etc.). Nessa perspectiva, busca estimular a reflexão sobre a motivação do ato cometido, trabalhar o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, os aspectos de cidadania e a reparação do dano gerado no conflito.

Para tanto, conta com a parceria sólida do Ministério Público e da Secretaria de Segurança Pública, além da contribuição de universidades e de serviços da rede pública e privada que complementam os serviços oferecidos.

Observou-se que, do total dos adolescentes que participaram integralmente da mediação, 95% alcançaram um acordo, proporcionando um encaminhamento positivo e pedagógico do jovem. Constatou-se ainda que, dos acordos alcançados, a maioria dos casos foi arquivada judicialmente, o que tem contribuído de forma significativa para a economia e a celeridade processual.

Sob a ótica dos gestores e mediadores que atuam no Projeto, verificou-se que, na

maioria dos casos, houve a restauração de vínculos sociais, como o restabelecimento da comunicação entre pais e filhos, o fortalecimento de vínculos comunitários e, ainda, o retorno do adolescente à escola.

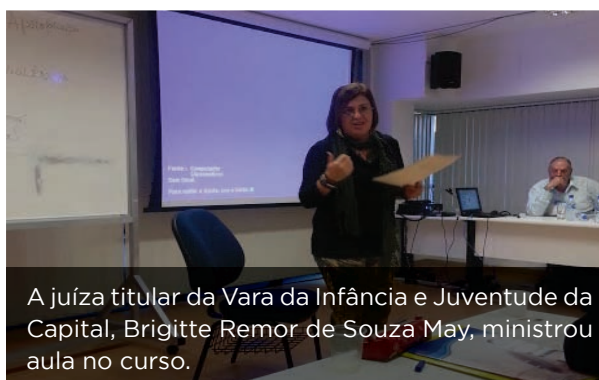
Em agosto de 2014, a Academia Judicial ofereceu nova edição do “Curso de Justiça Restaurativa”, desenvolvido em parceria com a CEIJ e ministrado pelo psicólogo e mediador Juan Carlos Vezzulla, pela juíza da comarca da Capital Brigitte Remor de Souza May e pela comissária da infância e juventude Cristina Mulezini Gonçalves.



Professor Juan Carlos Vezzulla.



Curso reuniu juízes, servidores e outros integrantes da Rede de Atendimento.



A juíza titular da Vara da Infância e Juventude da Capital, Brigitte Remor de Souza May, ministrou aula no curso.

Diante dos resultados alcançados, o Projeto Justiça Restaurativa foi homenageado na 3ª Mostra das Boas Práticas no Judiciário Catarinense, ocorrida em outubro, obtendo, assim, importante reconhecimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Na ocasião, produziu-se um vídeo institucional sobre o Projeto, que pode ser acessado no sítio da CEIJ ou no Portal da Sala de Imprensa do TJSC.

As práticas restaurativas com adolescentes

também estão em evidência no cenário nacional, motivo pelo qual o presidente do Instituto Innovare, Sérgio Renault, em visita ao presidente Nelson Schaefer Martins, recomendou ao TJSC, entre outros projetos premiados pelo Instituto, a disseminação da experiência “Mediação com Adolescentes Autores de Ato Infracional”, desenvolvida pelo juiz catarinense Alexandre Moraes da Rosa, no âmbito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Joinville, entre 2003 e 2007.



Diante desse contexto, a partir de 2015 pretende-se ampliar o alcance do projeto piloto, bem como expandi-lo a outras regiões do Estado, mediante o desenvolvimento de planos de capacitação e o estabelecimento de novas parcerias com instituições de ensino e organizações governamentais e não governamentais.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU “GESTÃO INTERDISCIPLINAR DE CONFLITOS NO JUDICIÁRIO CONTEMPORÂNEO”

Desenvolvido em parceria com a Academia Judicial, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* “Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo” tem como meta o desenvolvimento e o aprimoramento teórico, metodológico, prático e científico das equipes interprofissionais do Poder Judiciário, qualificando-as para uma ação profissional competente e inovadora.

O projeto, que teve seu desenvolvimento iniciado no segundo semestre de 2012, distribuiu o conteúdo do curso em sete módulos temáticos: módulo I - Metodologia de pesquisa; módulo II - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; módulo III - Socioeducação: modelos de intervenção; módulo IV - Políticas públicas

e sociais; módulo V - Direito de família contemporâneo; módulo VI - Práticas psicossociais e jurídicas na área penal; e módulo VI - Estudo social, perícia social e avaliação e perícia psicológica. Ao todo, o curso ofereceu 12 disciplinas ministradas na modalidade presencial, na sede da Academia Judicial.

As aulas da primeira turma do curso de pós-graduação, formada por 29 assistentes sociais e 6 psicólogos selecionados segundo os termos da Resolução nº 1/2013-AJ, tiveram início em março de 2013, sob a coordenação da servidora Eliedite Mattos Ávila, assistente social da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, e encerram-se em setembro de 2014.



Primeira turma do curso de pós-graduação, com a coordenadora Eliedite Mattos Ávila.



Prof. Dr. Theofilos Rifiotis ministra aula na Academia Judicial.

Em outubro de 2014, ocorreram as bancas de defesa pública dos trabalhos de conclusão de curso, marcando o término das atividades acadêmicas da primeira turma.

Após a formatura, prevista para março de 2015, o Judiciário catarinense passará a contar com 35 novas especialistas em Gestão de Conflitos.



A assistente social Célia Biabizeti da Rocha apresenta seu trabalho de conclusão de curso.

PROJETO DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

O Projeto de Atendimento Integrado foi desenvolvido na perspectiva de dar cumprimento aos preceitos do art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual assinala como diretriz da política de atendimento da criança e do adolescente a “integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional”.

Desenvolvido em parceria com o Ministério Público (MPSC), a Defensoria Pública (DPE) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), o Projeto visou implantar um serviço de atendimento inicial integrado nas dependências da Delegacia Especializada de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, instalada na comarca da Capital.



O Tribunal de Justiça conquistou o apoio da Defensoria Pública para projeto piloto.

O serviço foi inaugurado dia 31 de março de 2014, durante solenidade que contou com a presença de representantes das instituições parceiras. Os resultados esperados, quais sejam, agilidade no andamento dos processos, humanização do atendimento

e diminuição da violência policial, foram imediatamente percebidos.



Autoridades estaduais participaram da solenidade de inauguração do serviço voltado ao atendimento de adolescentes.

Os atendimentos, que vinham ocorrendo com frequência de duas vezes por semana, foram interrompidos ao final de outubro em razão da carência de servidores das instituições envolvidas. Todavia, haja vista o sucesso alcançado, pretende-se reunir esforços para a retomada do Projeto em 2015, buscando, além disso, sua ampliação para outras regiões do Estado.



Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei da comarca da Capital.



Tribunal de Justiça disponibilizou mobiliário e equipamentos para sala de audiências na 6ª Delegacia de Polícia.

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO COLEGIADO DA COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

O projeto de Reestruturação do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) foi desenvolvido com finalidade de promover a interiorização de suas ações e garantir a representatividade de todas as regiões que compreendem a estrutura judiciária do Estado de Santa Catarina. Entre os objetivos propostos destacam-se:

- estabelecer uma rede de magistrados para conferir maior capilaridade à atuação da CEIJ no Estado de Santa Catarina;
- subsidiar as varas com competência na infância e juventude, bem como assegurar que tenham representatividade no Colegiado da CEIJ;

- garantir a disseminação das propostas deliberadas pelo Colegiado da CEIJ às comarcas; e
- buscar imprimir maior representatividade do Colegiado da CEIJ na administração do TJSC.

Ao longo do ano de 2014, foram realizadas reuniões descentralizadas, presididas pelo desembargador Sérgio Izidoro Heil, coordenador da CEIJ, para definição dos juízes membros do Colegiado em seis regiões delimitadas pelo projeto, sendo elas, Extremo Sul, Litoral Sul, Grande Florianópolis, Litoral Norte, Oeste e Extremo Oeste. O quadro a seguir lista os magistrados eleitos nas referidas reuniões.

REGIÃO	MAGISTRADO
Extremo Sul	Giancarlo Bremer Nones
Litoral Sul	Miriam Regina Garcia Cavalcante
Grande Florianópolis	Brigitte Remor de Souza May
Planalto Norte	Márcio Rene Rocha
Oeste	Rodrigo Tavares Martins
Extremo Oeste	Samuel Andreis



Reunião descentralizada na região Oeste, realizada no Fórum de Chapecó em 28/04.

Em 2015, pretende-se alcançar as demais regiões do Estado, visando à eleição dos magistrados que irão representar as regiões Planalto Sul, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Foz do Rio Itajaí e Vale do Rio do Peixe, concluindo, dessa forma, a composição do Colegiado.

Concomitantemente ao projeto de reestruturação, o Colegiado da CEIJ reuniu-se em duas oportunidades (21 de fevereiro e 25 de junho) para debater temas em evidência na área da infância e juventude,

a exemplo do Provimento nº 36 da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispôs sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude. Como resultado, o grupo formulou e deliberou proposta por meio da qual foram apresentados parâmetros com o intuito de subsidiar o aperfeiçoamento das políticas orientadoras para instalação e funcionamento das varas da infância e da juventude no âmbito do Judiciário catarinense. O documento final foi submetido à Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.



REDE DE ARTICULAÇÃO E CONECTIVIDADE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (RACDCA)

Criada em outubro de 2012, a Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA) constituiu-se a partir de reunião de entidades governamentais e não governamentais com o intuito de desenvolver ações para a efetivação do atendimento socioeducativo em Santa Catarina, de acordo com os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

A RACDCA criou um espaço público de debate horizontal entre os entes envolvidos, que, por meio de seus técnicos, educadores, gestores, promotores, juízes e demais atores, buscaram compartilhar experiências

e fragilidades de seus processos operativos. O debate culminou com a conclusão pela necessidade de criar um modelo de atendimento, e de implementar os instrumentos necessários para seu efetivo cumprimento.

Considerando que a materialização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente depende de uma boa interface entre Sociedade Civil, Estado e Poder Judiciário, as instituições participantes, mediante o Termo de Cooperação Técnica nº 83/2013-TJSC, assumiram o compromisso de criar e de instituir fluxo integrado de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Instituições participantes da RACDCA

Tribunal de Justiça, Ministério Público, Governo do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Instituto Pe. Wilson Groh, Conselho Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual e Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar de Florianópolis e Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 2014, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) participou ativamente das diversas reuniões para finalizar o documento do fluxo, intitulado “Protocolo de Atendimento ao Adolescente com Prática Infracional”, que teve seu lançamento durante o seminário “Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente”.



Solenidade de abertura do seminário “Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos”.

Referido evento, cuja promoção e realização foram possíveis a partir do trabalho coletivo entre os parceiros da RACDCA, ocorreu nos dias 11 e 12 de novembro, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e reuniu uma ampla gama de profissionais que atuam nas políticas relacionadas à infância e juventude.



Apresentação cultural da Camerata Marista de São José abrilhantou o Seminário.



Jovens do Projeto Procurando o Caminho (Instituto Vilson Groh) ministraram palestra no seminário.



O Padre Vilson Groh é um dos parceiros da RACDCA.

O seminário finalizou um ciclo de três eventos, que tiveram como propósito a discussão de temas relacionados à atuação da Justiça, do Estado e da Sociedade Civil Organizada no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI (NAI)

Desde 2011 a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) vem propondo a implantação de Núcleos de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei (NAI) no estado de Santa Catarina, conforme modelo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), com o objetivo de agilizar, humanizar e dar maior efetividade à justiça juvenil, tanto na apuração da prática de atos infracionais, quanto na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

O NAI é um programa que reúne, em um mesmo espaço físico o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Secretarias de Estado da Segurança Pública e de Justiça e Cidadania, e as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

Em 2013, diante da publicação de edital da SDH que permite a captação de recursos para a construção de estrutura apropriada, a CEIJ empenhou-se em dar viabilidade ao projeto e passou a diligenciar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) a formalização de convênio de cofinanciamento.

Durante 2014, os esforços concentraram-se no acompanhamento do processo de documentação e na oficialização do Termo de Adesão para o estabelecimento de compromisso entre as instituições que irão integrar o NAI da comarca da Capital, quais sejam: o Tribunal de Justiça, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), o Governo do Estado de Santa Catarina, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE). O referido termo foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico

nº 1851, do dia 11/04/2014, sob o número 059/2014.

No mês de junho, o desembargador coordenador Sérgio Izidoro Heil recebeu comitiva de Chapecó interessada em implantar o projeto do NAI naquele município. Estavam presentes representantes do Executivo Municipal, da Câmara de Dirigentes Lojistas, da Associação Comercial e Industrial e do Sindicato dos Comerciários da Região de Chapecó, que ficaram entusiasmados com o apoio recebido.



CEIJ recebeu comitiva de Chapecó interessada em implantar projeto NAI no Oeste.

A CEIJ também participou ativamente das reuniões interinstitucionais, com representantes da SSP, do MPSC e da SDH, uma delas em Brasília, com a presença da ministra Ideli Salvatti, para tratar das principais pendências e cobrar agilidade na liberação dos recursos para implantação do NAI na comarca da Capital.



Comitiva em Brasília para tratar da agilização do processo de alocação de recursos federais para NAIs em Santa Catarina.

LANÇAMENTO DA FRENTE NACIONAL PRÓ-SISTEMA DE GARANTIAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Fruto da articulação entre a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj), o Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), entre outras instituições do Sistema de Justiça com atuação na área da infância e juventude, a Frente Nacional Pró-Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente foi concebida com

o objetivo de estabelecer conjuntamente uma agenda de temas prioritários relacionados à infância e juventude, para serem debatidos em uma sequência de cinco encontros regionais.

Ao final do ciclo, a iniciativa pretende retomar a pauta debatida regionalmente em evento de abrangência nacional, a fim de construir novas alternativas que deem efetividade às políticas públicas e demais ações relacionadas ao Sistema de Justiça.



Reunião com participação da presidente da ABMP, juíza Maria Roseli Guiesmann, marcou início da articulação interinstitucional para a “Frente Nacional Pró-Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente”.

Florianópolis sediou, na primeira semana de dezembro de 2014, o “Seminário Regional Sul ABMP”, que ocorreu concomitantemente ao “Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público”. O evento, cuja organização ficou a cargo da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ) e da Academia Judicial, constituiu o primeiro encontro regional, no qual houve o lançamento oficial da Frente Nacional Pró-Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente.



Evento de lançamento da Frente Nacional reuniu magistrados, promotores de justiça e defensores públicos em Florianópolis.

CURSOS E OFICINAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO

O desembargador Sérgio Izidoro Heil, acompanhado da juíza Caroline Bündchen Felisbino Teixeira, titular da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá, visitou os alunos do curso profissionalizante de confeitaria e panificação implantado nas dependências do Programa de Acolhimento da comarca de Araranguá, em 2013.

Na ocasião, os visitantes degustaram doces e salgados produzidos pelos alunos do curso e puderam constatar a excelência

do programa. Em abril de 2014, ocorreu a formatura da primeira turma.

A iniciativa de instalação de unidades móveis do Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai), voltadas aos adolescentes acolhidos e em cumprimento de medida socioeducativa, teve como ponto de partida parceria estabelecida entre a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).



Desembargador Sérgio Izidoro Heil prestigia formandos do curso profissionalizante de panificação e confeitaria em Araranguá.

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Com o advento do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, os estados e municípios brasileiros ficaram encarregados de elaborar seus planos decenais, conforme estabelecido na Lei do Sinase (nº 12.594/2012).

Para dar cumprimento a tal propósito, as instituições afetas aos serviços de atendimento à criança e ao adolescente do estado de Santa Catarina, constituíram uma Comissão Intersectorial. Tal conjugação ocorreu em face da prerrogativa de que as diretrizes e metas traçadas nos Planos de Atendimento Socioeducativo devem, necessariamente, espelhar um conjunto de ações articuladas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, conforme os princípios listados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) integrou essa Comissão como representante do Poder Judiciário, por intermédio das juízas Ana Cristina Borba Alves e Brigitte Remor de Souza May e da secretária Lilian da Silva Domingues.

As demais instituições que compuseram a comissão foram: Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SJC), Secretaria de Estado da Assistência Social, Habitação e Trabalho (SST), Secretaria de Estado da Educação (SED), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Secretaria de Estado da Saúde (SES), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil, Sistema S (SENAI, SENAC, SEST/SENAT, SENAR) e os institutos federais IFSC e IFC.



Comissão Intersectorial em reunião na sede da Secretaria Estadual de Educação.

Após trabalho intenso, a primeira versão do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo foi concluída e encaminhada para o Governo do Estado de Santa Catarina, o qual recebeu a incumbência de submetê-la a consulta pública.

O objetivo geral do Plano Estadual é subsidiar a política de atendimento socioeducativo no Estado de Santa Catarina e organizar seu funcionamento, a partir da definição de um diagnóstico, seguido pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas, prioridades e formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para um período de 10 anos.

SELO OURO INFÂNCIA E JUVENTUDE CNJ/UNICEF

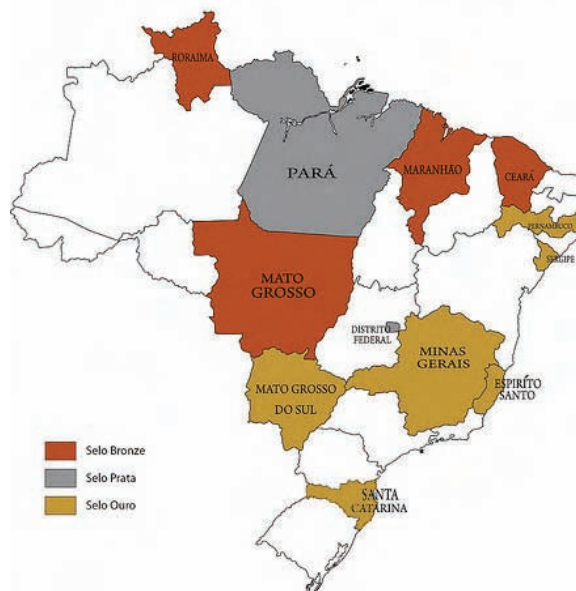
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) promoveram, em 14 de outubro de 2014, a cerimônia de entrega da primeira edição do Selo Infância e Juventude, destinado a Tribunais de Justiça com boas práticas na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A premiação foi definida por categorias (Bronze, Prata, Ouro e Diamante), conforme pontuação obtida a partir da aferição e do cumprimento de critérios preestabelecidos em edital.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) foi condecorado com o Selo Ouro, ao lado dos Tribunais de Justiça de Sergipe (TJSE), Minas Gerais (TJMG), Espírito Santo (TJES), Mato Grosso do Sul (TJMS) e Pernambuco (TJPE). Na categoria Prata, foram agraciados os Tribunais do Pará (TJPA) e do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). As cortes de Roraima (TJRR), Mato Grosso (TJMT), Maranhão (TJMA) e Ceará (TJCE), por sua vez, receberam o Selo Bronze.



Tribunais de Justiça tiveram trabalho na área da infância e juventude reconhecido por Unicef e CNJ.

MAPA DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA PREMIADOS



Presidente do Tribunal de Justiça recebeu Selo Ouro das mãos do ministro do STF, Ricardo Lewandowski.

A cerimônia de entrega da premiação ocorreu em Brasília e contou com a presença do presidente do TJSC, desembargador Nelson Schaefer Martins, acompanhado do coordenador da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), desembargador Sérgio Izidoro Heil, da vice-presidente do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv) e membro do colegiado da CEIJ, magistrada Ana Cristina Borba Alves, e da secretária da CEIJ, Lilian da Silva Domingues.



Representantes do TJSC compareceram na cerimônia de entrega do Selo Infância e Juventude.



Selo Ouro Infância e Juventude.

HOMENAGEM AO PROJETO JUSTIÇA RESTAURATIVA

3ª MOSTRA DE BOAS PRÁTICAS NO JUDICIÁRIO CATARINENSE

A equipe organizadora da 3ª Mostra das Boas Práticas no Judiciário catarinense, capitaneada pela Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o apoio da Academia Judicial, selecionou seis práticas para serem homenageadas no evento que integrou as atividades comemorativas dos 123 anos de instalação do TJSC. O Projeto Justiça Restaurativa, de iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), foi uma delas.

Implementado como piloto na Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital, vem oferecendo atendimento

fundamentado em práticas autocompositivas aos adolescentes que cometeram infrações de menor potencial ofensivo, assim como às pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito (vítimas, familiares, agentes do Estado, etc.).

Diante dos resultados alcançados, o projeto obteve o reconhecimento do TJSC e foi agraciado com uma placa de homenagem durante a Mostra. Na oportunidade, houve o lançamento de um vídeo institucional sobre o projeto, produção realizada pela TV Justiça, cujo conteúdo pode ser acessado por meio do sítio da CEIJ e no Portal da Sala de Imprensa do TJSC.



Equipe responsável pelo projeto recebeu placa de homenagem pelo trabalho realizado.

Sala de Imprensa

Sala de Imprensa > Notícias

Des. Sérgio Heil participa de Encontro de Coordenadores da Infância e Juventude

22/09/2014 11:39

O desembargador Sérgio Heil, coordenador da Ceij, participou no dia 15/9 do Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude, realizado em Brasília. O conselheiro Guilherme Calmon proferiu a abertura.

Durante o encontro, foi realizado um diagnóstico das coordenadorias e um delineamento das perspectivas de ações. Também foram discutidas as estratégias de intervenção para o cumprimento da Resolução n. 190 do Conselho Nacional de Justiça - que trata da inclusão de estrangeiros, habilitados nos tribunais, nos cadastros de adoção - e do Provimento n. 36 da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude.

Ao final do evento, realizou-se a eleição da nova Diretoria do Colégio de Coordenadores.



Coordenador da Ceij participa de debate sobre atendimento socioeducativo

24/09/2014 14:43

O desembargador Sérgio Izidoro Heil, coordenador estadual da Infância e Juventude, participou hoje (24/9) de reunião que debateu o modelo de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. A audiência aconteceu no gabinete do governador em exercício, Nelson Schaefer Martins, e teve a presença do secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Sady Beck Júnior, do coordenador-geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Cláudio Augusto Vieira da Silva, de representantes do Ministério Público e do juiz-corregedor Alexandre Takashima.

"Santa Catarina está investindo em médio prazo nas novas construções para restrição da liberdade, o que é um ponto positivo. O Estado entende que tem uma tarefa importante e urgente para resolver, e para isso precisa de cooperação entre Governo Federal, Governo Estadual e sistema de Justiça, que foi o que buscamos nessa audiência", explicou o coordenador do Sinase.

O secretário Sady Beck Júnior lembrou que uma das dificuldades para a construção de novos centros de atendimento socioeducativo é a resistência das próprias comunidades em receber uma estrutura com esse perfil, sendo necessário, muitas vezes, que o Governo do Estado recorra à Justiça para garantir o andamento das obras.

Entre medidas que precisam ser aprimoradas, a coordenação do Sinase apontou a oferta, dentro dos próprios centros socioeducativos, de cursos e treinamentos mais direcionados à realidade local e aos interesses dos internos, o que garantiria maior adesão dos adolescentes. Como iniciativa positiva já realizada em Santa Catarina, foi citado o Programa Novos Caminhos, resultado de parceria entre a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), o Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). O projeto oferece capacitação profissional e preparação a jovens de diferentes regiões do Estado (com informações da Secretaria de Estado da Comunicação /Secom).



Sala de Imprensa

Sala de Imprensa > Notícias

Comarca de São Bento do Sul promove evento para debater adoção tardia

29/05/2014 09:01

A comarca de São Bento do Sul, em parceria com o Grupo de Estudos e Apoio "Gerando Amor", promoveu nos dias 23 e 24 de maio a segunda edição do evento Conversa Aberta sobre a Adoção. Mais de 250 pessoas participaram das atividades.

O desembargador Sérgio Izidoro Heil, na condição de representante da presidência do TJ, e o desembargador Luiz Cezar Medeiros, corregedor-geral de Justiça, prestigiaram os trabalhos e, na companhia do juiz Edson Luiz de Oliveira, titular da Infância e da Juventude da comarca de São Bento do Sul, e da psicóloga Marlizete Maldonado Vargas, respondera perguntas do público, formado por adolescentes, pretendentes à adoção e profissionais de diversas áreas e de diferentes cidades.

Na oportunidade, o desembargador Heil fez a entrega ao presidente do Grupo de Estudos e Apoio "Gerando Amor", Luís Bittencourt, e ao juiz Edson de Oliveira, de dois azulejos comemorativos ao "Dia Nacional da Adoção", comemorado no dia 25 de maio. Neste ano, o tema em destaque versou sobre as possibilidades da adoção tardia.

No dia 24 de maio, das 8 às 12 horas, aconteceu a oficina sobre adoção de crianças maiores e adolescentes, coordenada pela psicóloga Marlizete Maldonado Vargas, que reuniu 60 profissionais da rede de atendimento dos municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho e Jaraguá do Sul.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência
Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude



Relatório 2014

